

## Para além do neokantismo: o conceito de ciências ético-históricas em Ernst Troeltsch<sup>1</sup>

Dr. Sérgio da Mata  
Departamento de História  
Universidade Federal de Ouro Preto – Brasil  
Texto recebido em / Text submitted on: 15/09/2016  
Texto aprovado em / Text approved on: 22/11/2016

**Resumo:** Ernst Troeltsch (1865-1923) é mais conhecido por seus estudos sobre a história do cristianismo e como importante representante do *Kulturprotestantismus* do que como historiador das ideias e primeiro grande teórico do historicismo. Neste pequeno artigo, procuramos ressaltar esta última faceta de sua obra, mostrando como Troeltsch buscou construir uma ponte entre as teorias da história hermenêutica (Schleiermacher, Dilthey) e neo-kantiana (Windelband, Rickert, Weber). Em especial, interessa-nos seu esforço de recuperação do momento ético numa teoria das ciências humanas.

**Palavras-chave:** Ernst Troeltsch, história, ética.

**Abstract:** Ernst Troeltsch (1865-1923) is well known for his studies on the history of Christianity and as a leading representative of the *Kulturprotestantismus*, but his importance as the first great theoretician of historicism is still quite unfamiliar to many researchers. In this small essay, we stress this last side of his work, showing how Troeltsch tried to connect the Hermeneutic (Schleiermacher, Dilthey) and of Neo-Kantian (Windelband, Rickert, Weber) theories of humanities in order to regain their lost ethical moment.

**Palavras-chave:** Ernst Troeltsch, history, ethics.

### I.

A fundamentação epistemológica das ciências da natureza ocorreu aproximadamente 100 anos antes das ciências humanas (MARQUARD: 2001). Mas se o projeto de Kant em relação às primeiras não chegou a sofrer concorrência substancial, algo de diferente aconteceria com as “ciências do espírito”. Na passagem do século XIX para o século XX, duas correntes filosóficas disputavam entre si o privilégio de empreender uma *crítica da razão histórica*. A primeira delas girava em torno de Wilhelm Dilthey, a segunda em torno de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, os mais importantes nomes da escola neokantiana do sudoeste alemão. Entre as duas tradições não parecia haver conciliação possível. Para Dilthey e seus discípulos, tentar apreender o humano e o histórico através de categorias lógicas levava apenas a um formalismo vazio e distante

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste texto foi originalmente apresentada no X. Congresso Internacional da Ernst-Troeltsch-Gesellschaft, realizado no *Historisches Kolleg* (Munique, 10 a 12 de outubro de 2011).

da “vida”. Para os neokantianos de Baden, a ênfase na compreensão enquanto uma operação “empática” levava ao psicologismo, igualmente criticado pela fenomenologia nascente.

Parece-nos que o único grande nome que devotou esforços a construir uma mediação entre os dois partidos concorrentes não foi Max Weber, como ainda acreditam muitos, mas Ernst Troeltsch. Sua precoce morte, em 1923, selou a sorte de um possível diálogo entre o idealismo transcendental e a hermenêutica. Que ele tinha a intenção de produzir uma síntese, mostra-o a dedicatória feita a Windelband e Dilthey em seu último livro, *O historicismo e os seus problemas*.

Ao longo de sua trajetória intelectual, Troeltsch buscou uma espécie de compromisso entre as teorias de Rickert e de Dilthey (e, num sentido mais amplo, entre as filosofias de Kant e Schleiermacher). Embora discordasse da ideia de que o método histórico deva sempre privilegiar o fenômeno ou evento singular, embora não admitisse a exclusão dos valores práticos da ciência histórica, ele sempre fez questão de sublinhar o que devia a Rickert (MATA: 2010, p. 440-441). Sendo, porém, um espírito mais aberto ao diálogo com diferentes tradições intelectuais e disciplinas – da teologia à história e sociologia, do idealismo alemão ao vitalismo francês e o pragmatismo norte-americano – Troeltsch estava por assim dizer destinado a constituir as bases de uma teoria do historicismo e a extrair tudo o que de relevante havia na produção dos inúmeros críticos que, a partir de inícios do século XX, se identificaram com o projeto de uma “nova ciência” (TROELTSCH: 2003a, p. 315-346).

Em que pesem as dimensões ultracurtas deste ensaio, buscaremos mostrar como Troeltsch tentou ir além da tradição neokantiana do sudoeste alemão e apresentou o esboço de um novo sistema de classificação das ciências. Tal esforço de recuperação nos parece relevante sob inúmeros pontos de vista. Como se sabe, a reflexão sobre a ciência histórica desempenhou um papel central em todas as principais tentativas de se elaborar uma teoria das ciências humanas – de Schleiermacher a Gadamer, de Ritter a Scholtz. Quem quer que pretendesse propor algo de novo a este respeito deveria, antes, se debruçar sobre o enigma da história. Em seu *Historicismo*, Troeltsch formulou uma resposta própria a um problema que ele – e não somente ele – considerava ainda irresolvido. Isso se deu, sobretudo, através de um diálogo crítico com o pensamento de Rickert. Nada mais natural, portanto, que comecemos por este último.

## II.

Para Rickert toda ciência opera por meio de *conceitos*. Como para ele a história também elabora os seus próprios conceitos (na contramão, como se vê, de um lugar-comum até hoje bastante estabelecido entre os historiadores), todas as dúvidas a respeito da cientificidade da história não tinham razão de ser.

Conceitos são imprescindíveis porque para Rickert – e ao contrário de Hegel – o real é “irracional”. Significa dizer: o real é infinitamente complexo, e aquele que pretendesse apreendê-lo em sua integridade padeceria do mesmo destino de Funes, o conhecido personagem de Borges. A única alternativa de que dispomos para pensar a realidade é tentar apreendê-la através de elementos sintéticos capazes de artificialmente reduzir esta complexidade do real. Tal instrumento é o conceito. Conceitos são pontes sem as quais não se pode atravessar o “caudaloso rio da realidade”.

Pelo menos desde Dilthey, a separação entre ciências do espírito e ciências da natureza era considerada auto-evidente na Alemanha. Seguindo os passos de Windelband, Rickert colocou-se a tarefa de elaborar uma teoria formal das distinções – e eventuais aproximações – entre os dois grupos de ciências. À *Historie* coube o lugar de honra nesta teoria. Por meio de uma cuidadosa análise de sua estrutura lógica, Rickert pretendia estabelecer “os limites da formação de conceitos científico-naturais”. Somente assim se poderia resistir ao naturalismo que então se difundia pela Europa (em suas distintas modalidades: positivismo, marxismo, *Völkerpsychologie*, social-darwinismo, etc).

A história, para Rickert, jamais será uma ciência em que as generalizações são o ponto último a ser atingido. A ciência da história é, quase que por definição, o oposto da generalização. A partir do momento em que o pesquisador não encontrar a essência de seu trabalho na descrição e análise de eventos, processos ou personagens entendidos como “singulares”, ele estará fazendo qualquer outra coisa, mas não história.

A história é, pois, uma ciência individualizante. Seus conceitos – os conceitos históricos – devem ser igualmente individualizantes. Será possível tal coisa? A ideia de que “conceitos históricos” possam existir encerraria uma obviedade ou uma *contradictio in adjecto*? Se a história se ocupa antes de tudo com o estudo de individualidades, de singularidades, de fenômenos únicos, o que nos permite dizer que ela realiza suas análises conceitualmente?

Tudo passa a depender do que se entende por “conceito”. Para Rickert (1922, p. 83), um conceito pode ser considerado toda síntese, obtida à custa de esforço sistemático, daquilo que é essencial numa dada realidade. Mais importante ainda, não subsistiria para ele qualquer diferença “entre o conteúdo de uma exposição científica em geral e o conteúdo do conceito” (RICKERT: 1922, p. 40-41). Chega-se assim à conclusão que “um complexo de conceitos que encerra o conhecimento científico de uma realidade, é o ‘conceito’ desta realidade” (RICKERT: 1922, p. 39). *Nada nos impede, sob uma perspectiva estritamente lógica, de considerar uma exposição histórica (uma narrativa histórica) como um conceito histórico.* Da mesma forma que nos conceitos científico-naturais, a narrativa histórica só pode ser construída à custa de um notável esforço de redução de complexidade, de seleção daquilo que acreditamos ser o *essencial* (RICKERT: 1921, p. 225-226).

Do que fica dito se extraem duas conclusões importantes. A primeira é que os próprios historiadores se enganam ao afirmar, como o fez até mesmo Koselleck, que “os historiadores não têm conceitos próprios” (KOSELLECK: 2003). A segunda é que certas correntes da teoria da história mais recente se excedem ao colocar a narrativa historiográfica no mesmo plano da narrativa ficcional. A obra ficcional jamais estará submetida, como a história, a este imperativo de depuração dos elementos essenciais de uma dada *realidade* espaço-temporal.

Voltando a Rickert: enquanto conceitos científico-naturais se afastam da individualidade do real, conceitos históricos buscam realçá-la. De tal modo que “uma exposição histórica plenamente realizada sempre se baseia naquilo que se pode chamar de conceituação histórica no sentido estrito do termo” (RICKERT: 1921, p. 264-265). Toda narrativa histórica é um *conceito histórico*. Desde que o historiador tenha consciência das limitações de sua tarefa (nem sempre foi o caso), ele estará imune à ilusão de poder abarcar *toda* a realidade. Ao menos num momento inicial, parte significativa de trabalho consiste sempre em realizar escolhas, selecionando o que lhe parece ser o mais significativo no passado. Tal escolha nunca se dá aleatoriamente – ela se guia por aquilo que Rickert denomina “relação teórica de valor”.<sup>2</sup>

Tal como demonstrado por Weber em seu famoso ensaio sobre a objetividade (1988, p. 146-214), também Rickert reconheceu que os historiadores eventualmente empregam conceitos generalizantes (i.e., científico-naturais) em suas narrativas. Daí seu esforço em estabelecer uma diferença entre conceitos históricos absolutos e conceitos históricos relativos. Dos primeiros já falamos acima. A narrativa nunca é o retrato fiel da realidade do passado; ela é uma exposição daquilo que acreditamos ser o “essencial”, e este “essencial” é selecionado a partir de valorações teóricas. A narrativa é o conceito histórico (absoluto) elaborado pelo pesquisador.

Os conceitos históricos relativos, por sua vez, visam compor uma exposição histórica preservando, nela, algo de geral. Aqui generalização e individualização não se excluem, nem necessariamente se perde o que é visto como essencial a partir de relações teóricas de valor. Isso acontece quando o “essencial” não diz respeito a um complexo de características de um único objeto, mas a algo que é partilhado por inúmeras individualidades – pessoas ou processos, pouco importa – distintas entre si. Estas individualidades podem ser agrupadas, formando uma espécie de totalidade intermediária, de maneira que a exposição histórica possa valer-se do conceito genérico assim obtido. Tal totalidade intermediária, em si mesma, continua porém sendo algo único e individual (“Renascimento”, “black blocs”, etc).<sup>3</sup> Assim, conclui Rickert, (1921, p. 334) “surgem

---

<sup>2</sup> Graças à recente dissertação de Aída Tedesco e Silva (2016), finalmente dispomos de um excelente estudo sobre a teoria da história de Rickert, e em particular sobre o papel central que nela desempenham os valores.

<sup>3</sup> A expressão “totalidade intermediária” é nossa, não de Rickert.

conceitos históricos individualizantes por meio de relações de valor e que, entretanto, mantêm um conteúdo geral, isto é, que resumem o que é comum a todos os indivíduos de um grupo”.

### III.

Embora estivesse, como tantos de sua geração, Weber inclusive, influenciado pelo neokantismo de Baden, Troeltsch mantinha com esta escola uma relação que já foi qualificada de “ambivalente” (SOCKNESS: 2013, p. 399). Discordava particularmente de sua visão anti-metafísica do processo histórico. Troeltsch seguramente se sentia mais à vontade, neste aspecto, com o pensamento de Hegel e, em especial, de Schleiermacher. Uma filosofia lógico-formal poderia explicar o que é próprio da lógica da ciência histórica, mas jamais seria capaz de apreender a história humana como uma “totalidade de sentido”. Pois em que consiste a História, de um ponto de vista substantivo? O sistema lógico de Rickert nada nos diz a respeito (a bem da verdade, nem alimenta esta pretensão).

Em 1899, Troeltsch publica uma resenha da primeira edição de *Ciência cultural e ciência natural* de Rickert. Ao agradecer em carta ao autor pelo envio de um exemplar do livro, Troeltsch manifesta reservas quanto à possibilidade de fundamentar o conhecimento histórico numa perspectiva kantiana, além de discordar do que havia ali de antimetafísico. Troeltsch assume estar, nesse sentido, mais próximo de Dilthey (TROELTSCH: 2007, p. 527). Três meses depois, em sua resenha do livro, ele afirma divergir “do ponto de partida puramente imanente e antimetafísico de toda essa abordagem” bem como “da divisão corrente entre ciências naturais e ciências humanas” (TROELTSCH: 2007, p. 527). Ele insiste na necessidade de o historiador estabelecer ou trabalhar com generalizações, algo que na primeira edição do texto de Rickert não havia sido ainda devidamente contemplado: “O historiador tem outros pressupostos, meios e limites da explicação, e, além disso, não pode se esquivar de articular [os fatos - SM] a partir de pontos de vista valorativos, mas também os conceitos de tipos, de tendências e de forças históricas gerais são imprescindíveis para ele”. (TROELTSCH: 2007, p. 533).<sup>4</sup>

Os debates teóricos e metodológicos que então ganhavam força na Alemanha, especialmente o que dividira a comunidade de historiadores entre adversários e simpatizantes de Karl Lamprecht, na verdade não passariam de “um triste monumento à ignorância filosófica atual” (TROELTSCH: 2007, p. 214). O maior problema colocado pelo historicismo, algo que, para Troeltsch, a teoria de Rickert só fazia agravar, estava no que se poderia chamar de despotencialização da religião enquanto força dotada de pregnância histórico-social. Tudo aquilo que reforçasse o “ceticismo” jamais poderia desfrutar deste teólogo de formação.

---

<sup>4</sup> Sem dúvida tais críticas contribuíram para que logo depois, em 1901, Rickert publicasse na famosa *Revista de Síntese* de Henri Berr um importante ensaio sobre as formas do “geral” em história (RICKERT: 2013).

Desde a década de 1890, publicações como *Os problemas da filosofia da história* (SIMMEL: 1892) e *História e ciência da natureza* (WINDELBAND: 2013, p. 152-169) pautavam a discussão nos meios historiográficos e filosóficos. O aparecimento do primeiro volume de *Os limites da formação de conceitos científico-naturais. Uma introdução lógica às ciências históricas* de Rickert em 1896 não chegara a produzir grande efeito; o que abriu espaço para outros autores, como o psicólogo Hugo Münsterberg e o teólogo Otto Ritschl, se imiscuissem no debate. Somente em 1902 foi publicado o segundo volume dos *Limites*, em qual Rickert pretendia dar uma solução definitiva aos problemas da cientificidade da história e da diferença entre ciências naturais e ciências culturais (RICKERT: 1921). É sabido que este volume causou forte impacto sobre Max Weber, que o leu ainda no verão de 1902 na Itália, bem como sobre Friedrich Meinecke (1969: 165-166). Que Troeltsch dedicou especial atenção a este livro, mostra-o a extensa resenha por ele publicada em 1903 no *Theologische Rundschau* (TROELTSCH: 1903a, 1903b).

“Maturidade e cautela, clareza e coerência”: tais as qualidades que Troeltsch encontra na obra de Rickert. Mas sua ressalva à perspectiva estritamente formal é a mesma de antes. Ele lamenta que, para Rickert, “o cerne da filosofia não é a metafísica, mas a teoria da ciência” (TROELTSCH: 1903a, p. 12).<sup>5</sup> Também a importância da psicologia não teria sido devidamente reconhecida pelo filósofo de Freiburg. Com isso, o sujeito psicológico dava lugar ao sujeito epistemológico. O ponto de vista do criticismo kantiano implicaria, na verdade, “num tratamento puramente científico-natural da vida espiritual” incapaz de corresponder ao verdadeiro método da historiografia (TROELTSCH: 1903b, p. 105). Daí que a noção de “ideias diretoras”, tão central no pensamento histórico de Ranke, não desfruta de estatuto algum na filosofia de Rickert (TROELTSCH: 1903b, p. 110-111).

De tudo isso não decorre, porém, que Troeltsch renegue a importância da teoria de Rickert. Caso tivesse escrito seu *O caráter absoluto do cristianismo* depois do aparecimento do segundo volume da obra de Rickert, diz ele, “muita coisa ali estaria mais clara e bem definida” (TROELTSCH: 1903b, p. 106). Ele admitirá, mais tarde, que seu ensaio de 1903 sobre a essência do cristianismo foi consideravelmente baseado no que aprendeu com Rickert (TROELTSCH: 1977b, p. 178). Todavia, ele acreditava que uma metafísica do processo histórico, ausente no neokantismo de Baden, ainda se fazia necessária: “Ela não é” – como em Hegel – “uma pré-

---

<sup>5</sup> Antes de o leitor ceder à tentação de sorrir diante desta defesa da metafísica por Troeltsch, convém atentar para o fato de que ela, a metafísica, tem readquirindo espaço no debate histórico-filosófico mais recente (HENRICH: 2009; HALFWASSEN: 2010). Nada há, pois, de absurdo em pensar as implicações de uma retomada de diálogo entre conhecimento histórico e metafísica. Para tanto seria necessário um recuo à década de 1930, quando autores da importância de Arnold Gehlen e Johan Huizinga estavam visivelmente atentos à questão. Com a concisão habitual, Gehlen (1978, p. 345) observa: “A ideia metafísica, de como o Ser pode ter sido (*ob das Sein gewesen sein kann*), é a maior razão para a contemplação da história”. A posição de Huizinga era análoga (MATA & KORS: 2015, p. 302-303).

condição da historiografia, mas uma consequência, face à historiografia, dos juízos realizados a partir de coerções vindas de nosso interior” (TROELTSCH: 1903b, p. 116).

#### IV.

Era esta metafísica que Troeltsch pretendia identificar como fruto das investigações que resultaram em seu *Os problemas do historicismo*. O livro pretende ser uma espécie de *summa* dos avanços realizados até então na teoria e filosofia da história, e amplia radicalmente o quadro das categorias de análise histórico-filosóficas. Para além das noções já clássicas de “individualidade” e “desenvolvimento”, Troeltsch discute inúmeras outras: “caráter originário” (*Ursprünglichkeit*), “unicidade”, “acaso”, “unidade de valor” e “unidade de sentido” (*Wert- und Sinneinheit*). Algumas revelam o claro influxo de pensadores como Dilthey (“interpretação”), Freud (“inconsciente”) e, especialmente, Bergson (“criatividade”, “movimento”). Admirador obra do filósofo francês, e atento aos pontos de contato do bergsonianismo com as investigações de Husserl e Simmel, Troeltsch foi um dos primeiros a perceber que a discussão em torno do conceito de *tempo* adquiriria importância crescente nos meios filosóficos (TROELTSCH: 1977a, p. 56-57, 638, 644-645). Uma simples comparação com os *Escritos reunidos de teoria da ciência* de Weber (1988)<sup>6</sup> mostra como Troeltsch era um espírito filosoficamente bem mais plural que seu amigo. Seja em seus estudos empíricos, seja em seus ensaios epistemológicos, Weber jamais chegou a se desprender do cânone kantiano.

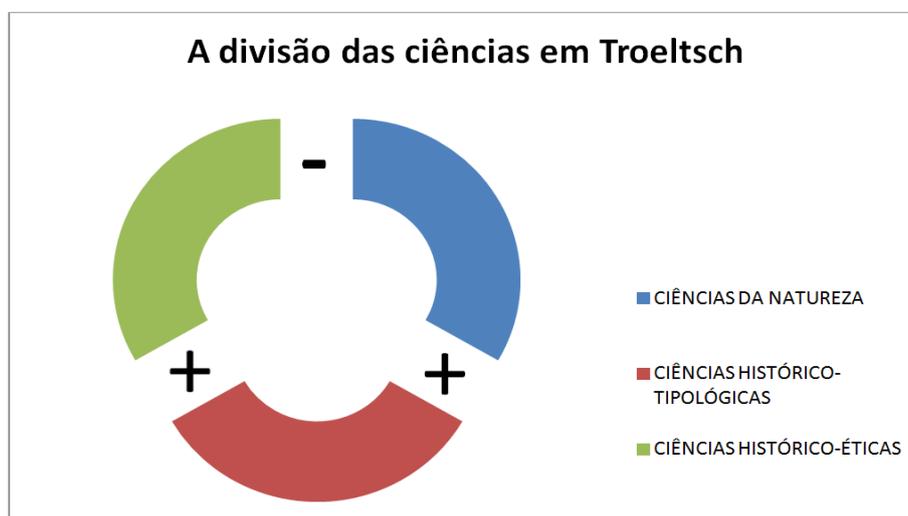
Gostaria de sublinhar dois momentos importantes do esforço de Troeltsch em problematizar a fundamentação neokantiana das ciências do homem. Primeiramente, sua crítica à primeira tentativa de Rickert (1913) de sistematizar sua teoria dos valores. A crítica ao formalismo, que ele fora um os primeiros a fazer, e que se difundiu durante a década de 1920, retorna no *Historicismo* (TROELTSCH: 1977a, p. 150ss). Em resumo, para Troeltsch Rickert não articulava convincentemente a historicidade da realidade sócio-cultural humana, de um lado, e a estrutura a-histórica dos valores, de outro. Estes se constituiriam enquanto entidades inteiramente autônomas, supra-históricas (*Uebergeschichtliches*) e até mesmo anti-históricas (*Geschichtsfeindliches*) (TROELTSCH: 1977a, p. 152). “História alguma” poderia ser derivada a partir de tal sistema. “A historiografia” – conclui enfim Troeltsch – “se torna um arsenal de exemplos a serviço da teoria dos valores” (TROELTSCH: 1977a, p. 155-156).

Um sinal evidente, porém, de que Troeltsch não se desvincula inteiramente do esforço empreendido por Windelband e Rickert reside no fato de que para ele a reflexão de tipo lógico-

---

<sup>6</sup> Traduzidos no Brasil com o título de *Metodologia das ciências sociais*. Em vista da má qualidade desta tradução, e na eventual impossibilidade de acessar o original, o leitor deve optar pela competente versão inglesa mais recente, realizada por Hans Henrik Bruun e Sam Whimster.

formal não perdera inteiramente sua razão de ser. Mais especificamente, Troeltsch pretendia dar um passo além da dicotomia entre ciências da natureza e ciências humanas, e para isso sugere uma divisão tríplice. O campo das ciências do homem é ampliado e dividido em dois grupos: o das ciências ético-históricas e o das histórico-tipológicas.



Troeltsch só elaborou este modelo tripartite relativamente tarde, em inícios da década de 1920. Enquanto seus contemporâneos permaneceram presos a um quadro de referência binário, em que dois grandes grupos de ciências se estruturavam de formas opostas, segundo seu objeto ou método específico, Troeltsch postulou a existência de “ciências histórico-abstratas, nomotético-tipológicas” (*abstrakt-historischen, gesetz- und typenbildeten Wissenschaften*). Para ele, trata-se aqui, essencialmente, de ciências-auxiliares das ciências ético-históricas. Disciplinas culturais generalizantes – o caso paradigmático é a sociologia, mas poderíamos evocar também a linguística – não estão em condições de oferecer “por si mesmas, apenas, nem visão nem compreensão do mundo histórico” (TROELTSCH: 1977a, p. 62; 66). Embora do ponto de vista do objeto elas estejam mais próximas das ciências ético-históricas, do ponto de vista metodológico elas operam de forma idêntica às ciências naturais.

Já disciplinas como a história, o direito e a teologia não estariam em condições de operar a partir de uma distinção tão rígida – como a defendida por Rickert e Weber – entre *ser* e *dever-ser*. Elas configurariam, assim, um outro grupo, que Troeltsch denomina *ciências ético-históricas* (TROELTSCH: 1977a, p. 80; 84).<sup>7</sup> Pouco depois de se transferir para a Universidade de Berlim, em 1915, Troeltsch (2003b, p. 266-285) chamou a atenção para a impossibilidade daquela neutralidade

---

<sup>7</sup> “Muss schon ein gemeinsamer Name sein, so würde ich sie die historische-ethischen Wissenschaften nennen”. (TROELTSCH: 1922, p. 55).

axiológica que Weber havia tão ardorosamente defendido.<sup>8</sup> Influenciado pelas obras de Schleiermacher e Max Scheler, Troeltsch encontra ali um sólido fundamento para sua recusa da “axiofobia” neokantiana.

Num de seus últimos cursos, ministrado no inverno de 1921/1922, fica claro o quanto esta concepção de Troeltsch devia a Schleiermacher: “Schleiermacher vê no ideal ético o objetivo da história” (TROELTSCH: 2006, p. 66). *Objetivo da ciência histórica*, inclusive (SCHOLTZ: 1995; SOCKNESS: 2013). Eis aí uma questão a ser aprofundada, dadas as suas consequências de longo alcance, e para as quais só agora parecemos acordar: por que, em sua teoria das ciências humanas, Dilthey expurga o momento ético do sistema de Schleiermacher, cujo estudo o consumira tanto nas décadas de 1860 e 1870?<sup>9</sup>

De uma maneira geral, pode-se dizer que para Troeltsch nenhuma teoria – do conhecimento ou da história – era suficientemente boa caso não houvesse nela um lugar para a dimensão da experiência. Seu intenso diálogo com os escritos de contemporâneos como William James, Henri Bergson, Max Scheler e Rudolf Otto sugere que ele estava bem mais consciente de alguns dos limites tanto da hermenêutica quanto do neokantismo – menos no que diz respeito às suas premissas teóricas do que às suas consequências práticas (MATA: 2013, p. 101-113).

Queremos crer que os esforços ocorridos nesses últimos anos, no sentido de se rediscutir o momento ético das ciências humanas e da história, teriam certamente a ganhar caso fosse reavaliada a contribuição de Troeltsch. Contudo, e em que pese toda sua importância, a recepção de *O historicismo e seus problemas* é prejudicada por sua composição pouco harmônica, e, paradoxalmente, por aquela que talvez fosse uma de suas grandes qualidades: o ecletismo. Troeltsch havia antecipado temas que dominariam a agenda histórico-filosófica das décadas seguintes. Começava a ser posto em questão o velho dualismo ciências da natureza *versus* ciências humanas. O aparecimento das obras de Gehlen, Plessner, Buytendijk, Portmann e Lorenz demonstra que o Troeltsch tardio talvez estivesse na direção certa, apenas não estava em condições de ir suficientemente longe com base no arsenal de categorias de que dispunha.

Num de seus mais belos e inspiradores livros, Hans Blumenberg (2007, p. 271) data o “fim” do neokantismo em 1924, ano da morte de Paul Natorp.<sup>10</sup> Creio poder afirmar que isso só tem certa validade para a escola de Marburg. Para o neokantismo de Baden o momento decisivo deu-se provavelmente mais cedo (e não mais tarde, com a publicação de *Ser e tempo*). Ele teria ocorrido

---

<sup>8</sup> Desnecessário dizer que o ambiente suscitado pela Primeira Guerra Mundial certamente jogou aqui o seu papel.

<sup>9</sup> Algumas pistas valiosas a respeito podem ser encontradas no estudo de Francesca D’Alberto (2013, p. 32-33).

<sup>10</sup> A fim de evitar mal-entendidos, convém lembrar que Blumenberg se considerava um discípulo tardio de Cassirer (outro importante neokantiano de Marburg). Ele evidentemente se refere aqui à *atribuição* de um fim, ou seja, àquela pretensão de “superação” que ainda constitui hoje uma espécie de doença ocupacional entre os filósofos.

em 1922, com a feroz crítica feita por Scheler (1922) a Rickert, e, sobretudo, com a publicação do *Historismus* de Troeltsch.

## **Bibliografia**

- BLUMENBERG, Hans. *Tiempo de la vida y tiempo del mundo*. Valencia: Pre-Textos, 2007.
- D'ALBERTO, Francesca. Diltheys zweites Hauptwerk: "Leben Schleiermachers". In: SCHOLTZ, Gunter (Hrsg.) *Diltheys Werk und die Wissenschaften. Neue Aspekte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.
- GEHLEN, Arnold. *Philosophische Schriften I (1925-1933)*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1978.
- HALFWASSEN, Jens. Die Unverwüstlichkeit der Metaphysik. *Philosophische Rundschau*, v. 57, p. 97-124, 2010.
- HENRICH, Dieter. O que é metafísica? O que é modernidade? Doze teses contra Jürgen Habermas. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 14, p. 83-117, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. Öffentlichkeit ist kein Subjekt. Reinhart Koselleck im Gespräch mit Renate Solbach. *IABLIS. Jahrbuch für europäische Prozesse*, v. 2, 2003 <[http://www.iablis.de/iablis\\_t/2003/koselleck.html](http://www.iablis.de/iablis_t/2003/koselleck.html)>. Acesso em 02/04/2006.
- MARQUARD, Odo. Über die Unvermeidlichkeit der Geisteswissenschaften. In: \_\_\_\_\_. *Apologie des Zufälligen*. Stuttgart: Reclam, 2001.
- MATA, Sérgio da. *A fascinação weberiana. As origens da obra de Max Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- MATA, Sérgio da. Heinrich Rickert. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História II: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/edPUCRS, 2013.
- MATA, Sérgio da. Ernst Troeltsch. In: MALERBA, Jurandir (org.) *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/edPUCRS, 2010.
- MATA, Sérgio da; KORS, Michel. Johan Huizinga: humanismo e teoria da história nas sombras do amanhã. *História da Historiografia*, n. 18, p. 296-305, 2015.
- MEINECKE, Friedrich. *Autobiographische Schriften*. Stuttgart: K. F. Koehler, 1969.
- RICKERT, Heinrich. Vom System der Werte. *Logos*, v. 4, n. 3, 1913.
- RICKERT, Heinrich. *Ciencia cultural y ciencia natural*. Madrid: Calpe, 1922.
- RICKERT, Heinrich. *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung. Eine logische Einleitung in die historische Wissenschaften*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1921.

- RICKERT, Heinrich. As quatro formas do “geral” em história. In: MALERBA, Jurandir (org.) *Lições de história. Da história científica á crítica da razão metódica*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/edPUCRS, 2013.
- SCHELER, Max. Die Deutsche Philosophie der Gegenwart. In: WITKOP, Philipp (Hg.) *Deutsches Leben der Gegenwart*. Berlin: Wegweiser Verlag, 1922.
- SCHOLTZ, Gunter. *Ethik und Hermeneutik. Schleiermachers Grundlegung der Geisteswissenschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.
- SIMMEL, Georg. *Die Probleme der Geschichtsphilosophie*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1892.
- SOCKNESS, Brent. Troeltsch’s Reading of Schleiermacher’s Ethics: Seven Theses. In: GRAF, Friedrich Wilhelm; BARTH, Ulrich; DANZ, Christian; GRÄB, Wilhelm (Hrsg.) *Aufgeklärte Religion und ihre Probleme. Schleiermacher – Troeltsch – Tillich*. Berlin: Walter de Gruyter, 2013.
- TEDESCO E SILVA, Aída Rita. *Conceitos individualizantes e valores na teoria da história de Heinrich Rickert*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.
- TROELTSCH. Ernst. Moderne Geschichtsphilosophie. *Theologische Rundschau*, v. 6, n. 1, p. 3-28, 1903a.
- TROELTSCH. Ernst. Moderne Geschichtsphilosophie. *Theologische Rundschau*, v. 6, n. 3, p. 103-117, 1903b.
- TROELTSCH, Ernst. Die Geisteswissenschaften und der Streit um Rickert. *Schmollers Jahrbuch*, v. 46, S. 35-64, 1922.
- TROELTSCH, Ernst. *Der Historismus und seine Probleme*. Aalen: Scientia Verlag, 1977a.
- TROELTSCH, Ernst. What does ‘essence of Christianity’ mean? In: MORGAN, Robert; PYE, Michael (eds.) *Ernst Troeltsch. Writings on theology and religion*. London: Duckworth, 1977b.
- TROELTSCH, Ernst. Die Revolution in der Wissenschaft. In: VOIGT, Friedemann (Hg.) *Ernst Troeltsch Lesebuch*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003a.
- TROELTSCH. Ernst. Über Massstäbe und Beurteilung historischer Dinge. In: VOIGT, Friedemann. (Hg.) *Ernst Troeltsch Lesebuch*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003b.
- TROELTSCH. Ernst. Geschichtsphilosophie. Vorlesung im Wintersemester 1921/22. Nachschrift von Hans Baron. *Mitteilungen der Ernst-Troeltsch-Gesellschaft*, v. 19, p. 63-73, 2006.
- TROELTSCH, Ernst. *Kritische Gesamtausgabe. Rezensionen und Kritiken (1894-1900)*. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.
- WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J. C. Mohr, 1988.
- WINDELBAND, Wilhelm. História e ciência da natureza. In: MALERBA, Jurandir (org.) *Lições de história. Da história científica á crítica da razão metódica*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/edPUCRS, 2013.